

## Recensão Crítica

Nobre-Correia, J.-M. (2018). *Teoria da Informação Jornalística*. Coimbra: Almedina, pp. 360.

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_8\\_12](https://doi.org/10.14195/2183-6019_8_12)

A fiabilidade e credibilidade da informação sempre constituíram uma inquietação das sociedades humanas, mesmo antes de existir imprensa, jornalismo ou jornalistas. Desde que o ser humano aprendeu a comunicar, as narrativas sobre o mundo real foram decisivas para o crescimento e sobrevivência das comunidades e determinantes em tomadas de decisão políticas e económicas, desde as mais rudimentares às mais complexas. As correspondências manuscritas que circulavam nos grandes centros comerciais da Europa do século XIV, conhecidas como *avvisi* (Balle, 1997), os mercúrios e as gazetas da época moderna são reveladores do crescente valor da informação para os negócios e para o progresso das comunidades: a necessidade de fazer circular informação exata e frequente acompanhou o crescimento dos mercados e andou de par com o desenvolvimento das sociedades (Habermas, 2002), influenciando decisores políticos.

Assim, a qualidade e a credibilidade da informação estão inscritas na matriz do jornalismo, que se afirma no mundo ocidental, desde o final do século XVIII, como o responsável

pela seleção, produção e circulação de informação. Esta torna-se progressivamente um elemento de conhecimento inestimável, que possibilita aos cidadãos uma melhor gestão da vida quotidiana, fazendo escolhas de modo consciente e esclarecido. Recordam-se as palavras de dois conhecidos jornalistas norte-americanos: “A finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia nem pelos jornalistas ou pelas técnicas que estes empregam, mas pela função que as notícias desempenham na vida das pessoas” (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 15).

Não sendo propriamente nova, a constatação de onde parte o autor de *Teoria da Informação Jornalística* é de uma enorme clareza e aponta para três vetores que serão matriciais na leitura crítica que Nobre-Correia empreende ao longo da obra: i) a relação entre informação e conhecimento (que, por exemplo, um autor como Van Dijk, inspirado no cognitivismo, tão bem tem desenvolvido); ii) o valor e a utilidade inestimáveis da informação; iii) a estreita ligação entre informação, democracia e exercício da cidadania, já que o efetivo funcionamento da democracia e das suas instituições

depende, sobretudo, da capacidade de dotar os cidadãos de conhecimentos credíveis e autênticos, com base nos quais poderão fazer escolhas informadas.

Hoje, sobretudo depois da revolução digital e da exponencial rapidez de disseminação da informação, a questão é ainda mais pertinente, mas também mais complexa. Na era da “pós-verdade”, em que tudo é relativo e se rejeitam consensos; num tempo em que a informação é excessiva e dispersa, não sendo já ‘monopólio’ dos jornalistas; num tempo em que as *fake news* circulam e se disseminam de modo incontrolável; na era da sofisticação das redes de informação, da profissionalização das empresas de comunicação, pensar e compreender os bastidores da informação deveria ser conteúdo obrigatório da formação cívica de todos nós: como se seleciona, se fabrica, se dissemina a informação? Quais os obstáculos e constrangimentos que hoje os e as jornalistas enfrentam? Como podem resistir às inúmeras tentações de os controlarem? Qual, afinal, a razão de ser do jornalismo?

Estas questões, que têm suscitado a atenção de académicos e

profissionais, estão na base da obra que aqui se apresenta da autoria de José Manuel Nobre-Correia, professor de Jornalismo (aposentado) da Université Libre de Bruxelles (ULB). Trata-se de um livro de natureza didática que levanta e esclarece um conjunto de questões sobre a qualidade da informação veiculada pelos meios de comunicação social, contribuindo, portanto, para a construção de um olhar crítico e informado sobre o jornalismo e o modo como este seleciona, constrói e difunde discursos sobre a realidade, muito útil quer a investigadores da área, quer a estudantes de Jornalismo e de Comunicação, quer ainda a profissionais dos *media* e aos cidadãos em geral.

Tanto assim é que, no prefácio, de modo generoso e desassombrado, o autor agradece às diversas gerações de estudantes que ajudou a formar, quer na universidade belga onde construiu a sua carreira académica, quer noutras universidades onde foi professor convidado, nomeadamente a Universidade de Coimbra e a Université de Paris II. O seu magistério foi, de facto, determinante para a construção deste trabalho, o que é bem visível quer no

modo pedagógico como o estrutura, quer no cuidado que põe na ilustração e exemplificação de teorias, quer ainda na forma como procura encorajar o leitor a explorar as problemáticas em outros textos de referência.

*Teoria da Informação Jornalística*, que, entre abril e setembro de 2018, contava já com duas reedições, estrutura-se em três partes. Uma primeira parte, a que ocupa mais tempo e espaço de reflexão, intitulada “A conceção da informação”, ao longo de sete capítulos, descreve, explica e ilustra o modo como a informação que nos chega pelos *media* é produto de um conjunto complexo de operações de seleção, construção e combinação de que o público nem sempre tem consciência, mas cujo conhecimento é absolutamente central para o modo como decodificamos a informação e dela fazemos uso. Uma segunda parte, mais breve, sobre “Breves princípios de deontologia”, descreve e analisa os textos reguladores de instâncias internacionais e de organizações profissionais, muito útil porque permite uma análise comparada com a realidade portuguesa e porquanto publica na sua língua original um conjunto de

documentos fundamentais de regulação e autorregulação dos jornalistas. A terceira parte, bastante mais curta, mas absolutamente essencial, uma breve bibliografia atualizada sobre técnicas e géneros do Jornalismo, que tem a suma vantagem de privilegiar títulos do mundo francófono, indo contra a corrente do domínio anglo-saxónico.

Classificar esta obra como didática e acentuar a sua matriz manualística não são, ao contrário do que muitas vezes se pensa, críticas que a menorizem. Pelo contrário, parece-nos que a obra é um bom exemplo do que deve ser a investigação académica aplicada. Originalmente uma sebenta em língua francesa, produzida enquanto o autor foi professor no Departamento de Ciências da Informação e da Comunicação da ULB, *Teoria da Informação Jornalística* apresenta-se como um manual e o seu grande valor reside precisamente nessa natureza: define com precisão o objeto de estudo, procede à explicitação das questões de pesquisa com clareza, enquadra-as com rigor teórico e de modo circunstanciado, concretiza as reflexões com inúmeros exemplos concretos e apresenta uma visão crítica fundamentada.

Ao fazê-lo, opta por um discurso claro e escorreito que não é apenas acessível a uma pequena elite de especialistas, mas que se abre ao mundo e se dá a ler de modo inteligível ao público leigo.

Fruto do amplo e profundo conhecimento que Nobre-Correia possui dos *media* europeus, todos os temas são ilustrados com casos concretos da imprensa europeia (francesa, belga, inglesa, alemã, espanhola, italiana e portuguesa). Os conceitos e as teorias são sempre concretizados através de exemplos, mais ou menos conhecidos, e, sobretudo, suportados por argumentos de autoridade provenientes não apenas dos grandes teóricos dos estudos de jornalismo, mas sobretudo de profissionais – editores, diretores, jornalistas – cujas vozes são cruciais para a ligação entre a teorização e as práticas concretas, tão fundamental numa área de estudo como o jornalismo.

Por outro lado, o olhar do académico é assumidamente crítico e interventivo: geralmente, no final de cada capítulo ou no final da explanação de um tema, o autor apresenta o seu ponto de vista, emite a sua opinião, faz o diagnóstico do jornalismo de hoje.

Fá-lo, porém, com a noção clara do que é fazer jornalismo hoje e, não se limitando à crítica gratuita, sugere caminhos, propõe alternativas.

No meio da enorme massa de informação que chega às redações por vias diversificadas, os *media* aplicam critérios de seleção e triagem, os chamados valores notícia, que os ajudam a escolher uns temas em detrimento de outros, a privilegiar um assunto, obliterando outro. Este processo, estudado por diversos autores, dos quais Mauro Wolf talvez seja o mais carismático, é nesta obra minuciosamente descrito. Nobre-Correia discrimina 14 critérios que presidem à seleção da informação por parte dos meios de comunicação. A novidade da sua proposta reside, em nosso entender, em três aspetos: i) no seu poder de sistematização e exaustividade; ii) na sua deriva ilustrativa, uma vez que cada um destes critérios é exemplificado com casos muito concretos extraídos dos *media* europeus, o que em regra não sucede noutras abordagens teóricas; iii) e no modo como o autor vai comentando a atualidade destes critérios, adaptando-os ao contexto do sistema mediático pós-digital, e deixando emergir um

conjunto de problemas que estão na ordem do dia.

Assim, o perigo da cobertura em tempo real – que surge com as televisões nas décadas de 70 e 80 do século XX, mas que aumenta com o advento da web – uma autêntica ditadura da atualidade urgente, que impede a necessária verificação e confrontação de factos, dando aso a informações imprecisas, muitas vezes falsas, a rumores, a narrativas planas e superficiais, que impossibilitam a contextualização e a problematização; a questão da multiculturalidade: o quanto as redações ganhariam em diversificar a origem, nacionalidade e credos dos seus jornalistas, por forma a incluir na informação que veiculam a diversidade dos mundos e dos olhares; aquilo a que Nobre-Correia chama de “dinâmica de rebanho de carneiros”, pois que a lógica concorrencial e a urgência fazem com que todos os *media* – aparentemente muito plurais e diversos – se sigam uns aos outros, replicando temas e declinando assuntos. Estas são apenas três problemáticas bem atuais que o autor explana no desenvolvimento da sua teoria dos critérios

de noticiabilidade e que serão recorrentes ao longo da obra.

No capítulo seguinte, a que dá o título de “Agências da informação”, encontra-se uma radiografia das agências de todo o mundo, responsáveis primeiras pela escolha, circulação e hierarquização da informação. Ao longo de 71 páginas, o autor constrói um bilhete de identidade muito completo daquelas que são as responsáveis por, pelo menos, dois terços das notícias que consumimos. Das agências da informação escrita, generalistas e especializadas, às agências de imagens (fotografia, imagem e infografia), às agências de áudio. Aqui encontra o leitor uma síntese muito completa e exaustiva do panorama mundial das principais fontes de informação que alimentam os *media* de informação. Como bem assinala o autor, não deixa de ser importante verificar que as grandes agências mundiais e transnacionais – de que a Associated Press, a Reuters ou a France Press são exemplo – têm as suas sedes em países que são potências económicas, diplomáticas ou regionais e estão ligadas a interesses de grandes acionistas e de

grandes clientes, o que pode constituir – e os exemplos que fornece são bem eloquentes – um sério entrave à liberdade da informação.

A liberdade da informação é precisamente o tema do terceiro capítulo. Aparentemente, quando se fala na liberdade de informar e de ser informado, nós, que vivemos numa Europa de estados democráticos, de estados de direito, temos a tendência para colar o problema a épocas e regimes em que imperaram os mais diversos tipos de censura e de controle. Contudo, como bem começa por esclarecer Nobre-Correia, o controle do fluxo da informação pelos diversos poderes é um denominador comum da história dos *media* e, atualmente, esse controle, nas democracias ocidentais, situa-se sobretudo na fase da recolha da informação e não apenas na da sua difusão. E esse controle ganha diversas colorações e provém de fatores externos aos *media* – destacando-se aqui o papel das direções de comunicação que, de modo cada vez mais sofisticado, instrumentalizam a informação, dos fornecedores de conteúdos ou dos anunciantes – mas também tem origem em procedimentos e fatores internos

ao funcionamento dos *media* – desde a lógica de mercado dos grandes grupos mediáticos, até às linhas editoriais de cada órgão de comunicação.

É assim que o autor consegue, no capítulo seguinte, descrever 26 mecanismos daquilo que considera serem estratégias de distorção da informação, alguns dos quais desde sempre presentes na lógica mediática. Mais uma vez, salienta o autor alguns dos problemas que se têm agudizado com a lógica dispersiva e altamente competitiva do webjornalismo: a espetacularização, o aligeiramento redutor e superficial, o desenvolvimento de novos géneros como o *infotainment* ou o editorialismo.

Dir-se-á que o diagnóstico feito ao longo desta obra é bastante preocupante e desanimador, mas é também muito lúcido e realista, merecendo, portanto, a atenção de todos: dos jornalistas, que devem questionar constantemente as suas práticas, “pondo o espírito crítico de atalaia” e, sobretudo, criando formas de autorregulação que escrutinem seriamente as suas práticas e a sua ética; dos académicos que devem pugnar pelo estudo sério e aturado das novas problemáticas que o

milénio trouxe ao ecossistema mediático; dos professores de jornalismo, que devem ponderar muito bem os planos curriculares e os conteúdos programáticos que ministram, contribuindo para formar jornalistas mais bem preparados e capazes de enfrentar os enormes desafios do seu tempo; e dos cidadãos e das cidadãs, afinal, aqueles que ajudam a decidir com base no que leem, ouvem e veem nos *media*.

No final da década de 60 do século passado, Umberto Eco invocava a urgência de uma “guerrilha semiológica” que permitisse a sobrevivência da democracia e da humanidade: “à solução de estratégia será necessário, amanhã, aplicar uma solução de guerrilha [...] a batalha pela sobrevivência do homem como ser responsável na Era da Comunicação não se vence lá de onde a comunicação parte, mas de lá onde chega” (Eco, 1994, p. 128). A obra de Nobre-Correia *Teoria da Informação Jornalística* constitui um contributo relevante para a literacia mediática, ajudando a ler os *media* e formando cidadãos mais vigilantes, mais conscientes, mais críticos, capazes de distinguir o jornalismo de rigor, precisão, honestidade e responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

- Balle, F. (1997). *Médias et Sociétés. De Gutenberg à Internet*, 3ª ed. Paris: Monchrétien.
- Eco, U. (1994). “Crónicas da Aldeia Global”. In *Viagem na Irrealidade Quotidiana*, 3.ª ed, pp 121-128. Lisboa: Difel.
- Habermas, J. (2002). *Historia y Crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Madrid: Ediciones G. Gili.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo – O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.